



Processo: 01172/2023-5

Decisão Plenária Nº 5, de 11 de abril de 2023.

Aprova o Plano Anual de Ações Educacionais (PAAE), para o ano de 2023.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das competências outorgadas pelo o art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 621, de 8 de março de 2012, e art. 3º e art. 428, inciso V, alínea 'b', da Resolução TC nº 261, de 4 de junho de 2013;

Considerando o Plano de Ações Educacionais do Tribunal de Contas para o exercício 2023, elaborado pela Escola de Contas Públicas – ECP com base no artigo 41 do Regimento Interno;

DECIDE o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 14ª Sessão Ordinária, realizada no dia 11 de abril 2023, **aprovar** o Plano Anual de Ações Educacionais do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2023, conforme Anexo desta Decisão.

Presentes à sessão plenária da apreciação os senhores conselheiros Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, presidente; Rodrigo Coelho do Carmo, vice-presidente; Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, corregedor; Domingos Augusto Taufner, ouvidor; Sebastião Carlos Ranna de Macedo; Sérgio Manoel Nader Borges e Luiz Carlos Ciciliotti da

Assinado por
LUIZ CARLOS
CICILIOTTI DA CUNHA
12/04/2023 21:23

Assinado por
SERGIO MANOEL NADER
BORGES
12/04/2023 13:26

Assinado por
SERGIO ABOUDIB
FERREIRA PINTO
12/04/2023 10:43

Assinado por
RODRIGO COELHO DO
CARMO
12/04/2023 08:37

Assinado por
RODRIGO FLAVIO
FREIRE FARIAS
CHAMOUN
12/04/2023 06:39

Assinado por
DOMINGOS AUGUSTO
TAUFNER
11/04/2023 19:09

Assinado por
SEBASTIAO CARLOS
RANNA DE MACEDO
11/04/2023 17:10

Assinado por
LUCIANO VIEIRA
11/04/2023 16:05

Cunha. Presente, ainda, o Dr. Luciano Vieira, procurador em substituição ao procurador-geral do Ministério Público junto a este Tribunal.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2023.

RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Conselheiro Presidente

RODRIGO COELHO DO CARMO

Conselheiro Vice-Presidente

SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Conselheiro Corregedor

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Conselheiro Ouvidor

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Conselheiro

SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Conselheiro

LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Conselheiro

Fui presente:

LUCIANO VIEIRA

Procurador em substituição ao Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

PLANO ANUAL DE AÇÕES EDUCACIONAIS PAAE – 2023

Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



SUMÁRIO

Introdução	2
1.Os objetivos estratégicos vinculados ao PAAE 2023	3
2. Os Recursos Humanos da ECP	4
2.1. Os Recursos Humanos Disponíveis	5
3. Metodologia de Escolha das Ações Educacionais	8
4. As Lacunas de Competências Técnicas e Comportamentais que irão compor o PFCA 2023	10
5. O Plano de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas	16
5.1. Projetos Permanentes	16
5.2 Projetos Especiais	18
6. Indicadores e Metas	21



Introdução

A Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas, implantada em 2001, tem a finalidade de promover ações de capacitação e desenvolvimento de servidores, procuradores do Ministério Público de Contas e conselheiros, além de difundir conhecimentos aos gestores públicos, de forma a contribuir para a efetividade do exercício do controle externo do TCEES. É o que está exposto na Resolução n. 621, de 19 de março de 2012.

Nesses últimos vinte anos de atuação a ECP tem contribuído de forma efetiva e inovadora para alavancar o patamar de conhecimentos técnicos e comportamentais de servidores do TCEES, a fim de que haja as melhores condições para a entrega dos serviços prestados em benefício da sociedade capixaba.

A Escola tem o compromisso de formação contínua de pessoas visando agregar valor ao negócio do TCEES. Esse entendimento colabora e alcança o mapa estratégico da Atricon 2022-2023, na perspectiva dos tribunais de contas, quando contribui 'para a produção e para a difusão de conhecimentos técnicos entre membros e servidores dos Tribunais de Contas', cujos resultados são apontados nas avaliações do MMD-TC.

Para tanto, tem perseguido o exposto em sua Política de Educação Corporativa, vinculando permanentemente as ações de formação, capacitação e aperfeiçoamento às necessidades organizacionais.

O Plano Anual de Ações Educacionais (PAAE) é instrumento de planejamento tático anual, de cumprimento de ações educacionais e de projetos especiais cujas demandas são advindas de diversas consultas e pesquisas realizadas junto aos gestores das áreas finalística e meio do TCEES, assim como por meio de pedidos de



desenvolvimento de competências de diferentes formas para o exercício do controle externo.

É de fundamental importância que todos os servidores deste Tribunal de Contas recebem treinamento adequado, sejam eles detentores de cargo efetivo ou comissionados, assim como os que exercem função gratificada, localizados nas áreas fim, meio e em gabinetes.

Nesse planejamento também está incluída a atualização técnica de jurisdicionados no Estado do Espírito Santo, levando a cada servidor municipal, estadual, de autarquias e fundos estaduais informações e conhecimentos sobre a legislação e a atuação no processo de gestão de recursos públicos.

Na edição de 2023 o PAAE está alinhado às melhores práticas da educação corporativa, além das que estão propostas no MMD-TC, no Plano Pedagógico Institucional (PPI) da ECP, na eliminação/redução de *gaps* de competências evidenciados pelos gestores do TCEES. Nessa edição trazemos duas inovações: A. projeto de acolhimento e mentoria para os ingressantes do concurso público para o cargo de auditor de controle externo; e, B. ECP recomenda, uma curadoria sobre temas relevantes orientados para o desenvolvimento de competências e liderança, compartilhando com o seu público interno o que há de mais inovador e disponível nas redes que a ECP participa ou ações que promove. Acreditamos que dessa forma poderemos incentivar ainda mais as iniciativas de autodesenvolvimento.

Fica também a escola de contas públicas autorizada a promover as alterações que porventura venham a ocorrer no plano operacional, a fim de dar fiel cumprimento às diretrizes e ações delineadas nos planos tático e estratégico.



1. Os objetivos estratégicos vinculados ao PAAE 2023

O Plano Anual de Ações Educacionais (PAAE) de 2023, é planejamento tático e está ancorado no planejamento estratégico do TCEES e da própria Escola de Contas. No que se refere ao planejamento do TCEES, a execução do PAAE deverá impactar positivamente os seguintes objetivos estratégicos:

- Objetivo 1: Contribuir para a melhoria da governança pública
- Objetivo 2: Exercer o controle externo com excelência e celeridade
- Objetivo 3: Coibir desvio e desperdício de recursos públicos
- Objetivo 8: Adotar uma gestão estratégica de pessoas

No que concerne ao Planejamento Estratégico da ECP, os objetivos estratégicos que se relacionam diretamente com este Plano são os detalhados na perspectiva de resultados institucionais conforme a seguir:

- Fortalecer a especialização dos auditores de controle externo
- Produzir e estimular estudos e pesquisas
- Desenvolver as competências dos agentes públicos
- Estimular o controle social

É a partir dessas duas âncoras que o PAAE é elaborado, acrescentam-se também os compromissos assumidos no Plano Pedagógico Institucional (PPI), transformando-o em ações que efetivamente cumpram a missão dessa Escola de Contas Públicas.



2. Os Recursos Humanos da ECP

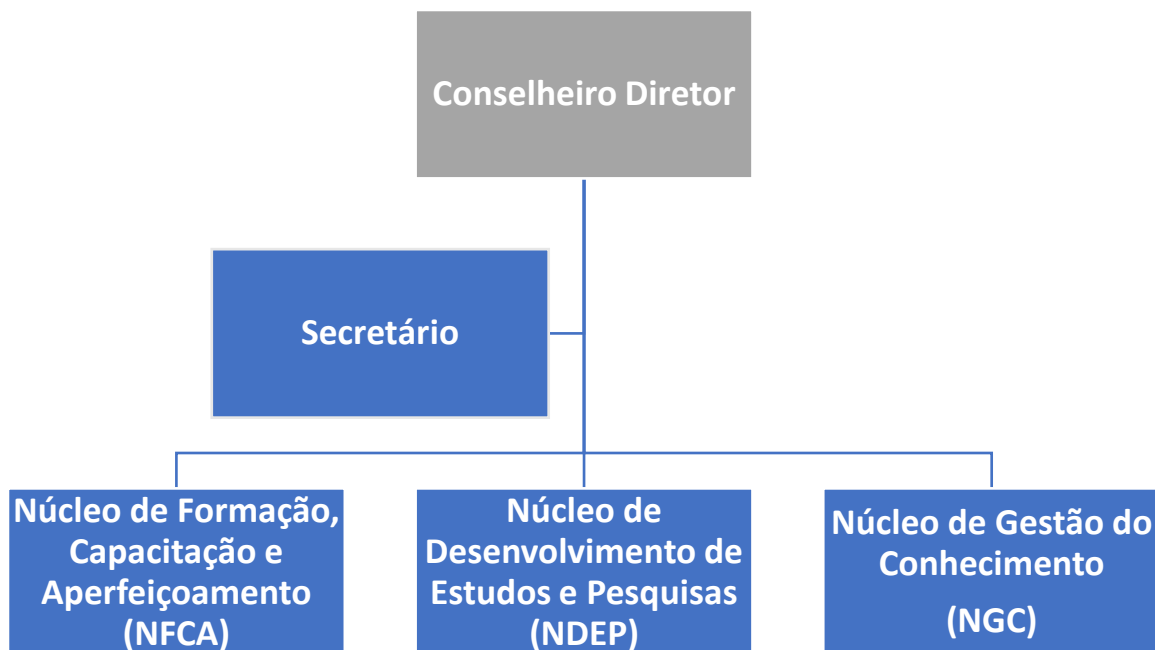


Figura 1 – Estrutura organizacional da Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas.

A Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas (ECP) está estruturada em três Núcleos dedicados a atuar no desenvolvimento de ações educacionais na capacitação e aperfeiçoamento técnico de seu público interno e externo, no desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas de interesse do TCEES, e na gestão do conhecimento (Figura 1).

A ECP é supervisionada e dirigida por um Conselho Diretor, com mandato bienal, e com assessoramento e apoio técnico-administrativo do Secretário da Escola de Contas Públicas e dos Coordenadores de Núcleos. Essa estrutura possibilita o desenvolvimento das ações educacionais de forma articulada com as diversas instâncias decisórias do TCEES.



2.1. Os Recursos Humanos Disponíveis

O planejamento das ações educacionais para o ano de 2023 está baseado em sua força de trabalho, que conta com 9 servidores e 1 estagiário de nível superior (Figura 2):

Servidores Efetivos:

2 - Auditores de Controle Eterno

1 - Analista Administrativo

Servidores Comissionados:

4 - Assessores de Controle Externo

1 - Assessor de Nível Superior II

1 - Adjunto Operativo

Estagiários:

1 - Estagiário de Nível Superior

Figura 2 – Quadro de Cargos / Pessoal alocados na Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas.

Obs: não foi incluído o Núcleo de Gestão do Conhecimento (NGC), visto que ele não promove ações educacionais.

Considerando os afastamentos anuais previstos em lei a exemplo de férias (30 dias), abonos (6 dias), e o recesso praticado pelo TCEES no final de ano (15 dias), a ECP



conta com 212 dias úteis de trabalho no ano de 2023 para cada servidor (1.484 horas potenciais), excluindo o estagiário, visto que tem uma carga horária especial. Esse número de dias é o potencial de trabalho, podendo haver intercorrências não previstas, implicando na revisão do planejamento das ações educacionais apresentadas no PAAE 2023. Acrescenta-se ainda que de acordo com a literatura sobre produtividade de trabalho, o tempo efetivamente disponível para o labor é de 80% das horas potenciais, equivalendo a 1.187 horas ou 169,6¹ dias por servidor.

¹ Para o cálculo foram apropriadas sete horas diárias de trabalho.



3. Metodologia de Escolha das Ações Educacionais 2023

O plano de ações educacionais está vinculado a dois programas da Escola de Contas: o Programa de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento (PFCA) e o Programa de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas - PDEP.

O PFCA é responsável pelo planejamento e operacionalização de ações educacionais relacionadas a atualização dos conhecimentos técnicos e comportamentais do público interno e externo da ECP. Por sua vez, o PDEP desenvolve atividades relativas ao aprofundamento, sistematização e difusão de conhecimentos das áreas de interesse do TCEES.

Para estruturar anualmente esses programas a Escola de Contas identifica as ações educacionais necessárias a partir das seguintes referências:

- A. Pesquisa estruturada para diagnosticar necessidades de atualização de conhecimentos técnicos e comportamentais do público interno. A pesquisa para as ações de 2023 foi encaminhada no segundo semestre do ano anterior a todos os gestores, e teve o objetivo de preparar um diagnóstico sobre os *gap* de competências evidenciadas, e que implicam em ações educacionais das equipes que estão sob a responsabilidade de cada Núcleo convidado a responder o questionário.
- B. O PACE 2023 aprovado em Decisão Plenária 9/2022 indica a participação da ECP como unidade colaboradora (item 4.3) em 10 ações de orientação / instrutoria / capacitação para atender aos jurisdicionados, seja para melhorar o perfil técnico de entregas desses, ou a participação de auditores de controle externo como instrutores em temas relevantes para a SEGEX em capacitações promovidas pela ECP.
- C. A ação educacional sobre a nova lei de licitações e contratos promovida pela ECP em 2022 teve como desdobramento a realização de pesquisa com os participantes dos webinários realizados para identificar as necessidades



adicionais de capacitação sobre esse tema. A Lei informa que é atribuição das escolas de governo a formação compatível, qualificando os profissionais que irão atuar em funções essenciais à execução da Lei. O diagnóstico resultado da aplicação dessa pesquisa implica em esforço adicional da ECP para a qualificação dos jurisdicionados.

- D. A ECP também recebe pedidos de unidades do TCEES para a participação de seus servidores em eventos externos em âmbito nacional. Esses eventos têm o objetivo de contribuir para a melhoria da condição técnica dos servidores, com impacto no dia a dia de suas atividades de trabalho. O atendimento é sob demanda apresentada e autorizada pela autoridade competente.



4. Lacunas de Competências Técnicas e Comportamentais que irão compor o PFCA – 2023

A. Com base na pesquisa interna realizada junto aos gestores da área de controle externo foram apresentadas as seguintes necessidades:

1	Novas regras previdenciárias (Emenda 103/2019)
2	RPPS – ES (Lei Complementar Estadual 938/2020)
3	Atualização sobre ICMS
4	Avaliação de imóveis
5	Indicadores estatísticos e análise de dados (software estatísticos)
6	Análise de dados
7	Excell Canvas painéis
8	Investimentos de RPPS
9	Formação para novos auditores (especialmente nas áreas de previdência e pessoal)
10	Atuária com base na nova Portaria (com módulo de auditoria atuarial)
11	Processo e responsabilização perante o TCEES (atualização)
12	Estrutura de pessoal na Administração Pública
13	Poder geral de cautela no âmbito dos Tribunais de Contas
14	Treinamento em auditoria governamental (fases de execução e relatório)
15	Capacitação em inovação e mudança (inovação no setor público, monitoramento de aspectos orçamentários, indicadores e uso de evidências para monitoramento de políticas públicas
16	Programação pactuada – PPI e funcionamento do financiamento da saúde.
17	Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP) - Estrutura Conceitual, 01,02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10 , 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 23
18	Procedimentos contábeis patrimoniais
19	Decreto Lei 10.540/2020
20	Avaliação de bens móveis
21	Ajustes da dívida ativa
22	Elaboração de provisão para férias e 13º. Salário
23	Técnicas de amostragem em auditoria
24	Planejamento de fiscalizações



25	Análise de risco – conforme etapas previstas no e-TCEES
26	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômicofinanceira (EVTE) – Portaria 577/2016 e Lei 11.445/2007
27	Constituição e operação das bacias hidrográficas - aspectos legais e operacionais
28	Aspectos legais referentes à subcontratação de serviços de saneamento básico pela concessionária
29	Contratação por meio de RDC

Quadro 1 – Necessidades de ações educacionais para competências técnicas elencadas pelos gestores da área de controle externo / TCEES.

As necessidades de melhorias no conhecimento técnico relacionadas no Quadro -1 serão atendidas, seja por meio de ofertas de cursos promovidos pela ECP, ou participação em cursos em outras empresas promotoras de ações educacionais. Para a viabilização desse atendimento será elaborado um plano de atendimento operacional, quando também é estruturado o EVT (Estudo de Viabilidade Técnica) para autorização administrativa e financeira.

A.1. Lacunas de competências comportamentais evidenciadas nas equipes e que precisam ser desenvolvidas/aperfeiçoadas:

1	Foco em resultados
2	Atuação estratégica
3	Auto desenvolvimento
4	Inovação e mudança
5	Trabalho em equipe
6	Adequado Relacionamento interpessoal

Quadro 2 – Necessidades de ações educacionais para competências comportamentais elencadas pelos gestores da área de controle externo / TCEES.

As lacunas existentes nas competências comportamentais apresentadas pelos gestores da área de controle externo (Quadro – 2) serão supridas gradativamente com a oferta de ações educacionais a exemplo de cursos, seminários, webinários e workshop.



B. Com base na pesquisa interna realizada junto aos gestores da área administrativa foram apresentadas as seguintes necessidades:

1	Contratos administrativos com base na nova lei de licitações e sua gestão.
2	Informática básica
3	Atendimento ao usuário/cliente
4	Ética no serviço público
5	Redação oficial
6	Planejamento estratégico
7	Gestão de RH / gestão de pessoas / gestão para resultados
8	Fiscalização de contratos de empresas terceirizadas
9	Contratações de obras públicas e fiscalização de contratos públicos
10	NR: 10 (segurança em instalações e serviços de eletricidade); NR 18 (condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção); NR 35 (trabalho em altura)
11	Reajuste, reequilíbrio e repactuação de contratos administrativos com ênfase e foco em exemplos práticos
12	Fiscalização de contratos administrativos com ênfase e foco em contratos de mão-de-obra com dedicação exclusiva
13	Governança das contratações
14	Gestão de riscos nas contratações
15	Gestão patrimonial e de almoxarifado
16	Planejamento das contratações
17	Dispensas eletrônicas
18	Utilização do sistema de compras GOV
19	Trabalho remoto: liderança e gestão do tempo
20	Pregão, gestão de atas e procedimentos complementares na nova lei 14.133/2021
21	Parâmetros para definição do valor estimado com base no art. 23, p. 1º, Lei 14.133/2021 – resolução de casos práticos
22	Pesquisa de mercado, estimativa de preços e negociação nas contratações públicas – resolução de casos práticos
23	Dispensas e inexibibilidades na nova lei de licitações

Quadro 3 – Necessidades de ações educacionais para competências técnicas elencadas pelos gestores da área administrativa / TCEES.



Assim como ocorre no atendimento das necessidades de melhorias no conhecimento técnico da SEGEX, o atendimento a SEGAFI (Quadro 3) ocorrerá por meio de ofertas de cursos promovidos pela ECP, e participação em cursos de outras empresas promotoras de ações educacionais. O atendimento exigirá a elaboração de um plano de atendimento operacional, quando também é estruturado o EVT (Estudo de Viabilidade Técnica) para autorização administrativa e financeira do TCEES.

B.1. Lacunas de competências comportamentais evidenciadas nas equipes e que precisam ser desenvolvidas/aperfeiçoadas:

1	Foco em resultados
2	Atuação estratégica
3	Auto desenvolvimento
4	Inovação e mudança
5	Trabalho em equipe
6	Adequado relacionamento interpessoal

Quadro 4 – Necessidades de ações educacionais para competências comportamentais elencadas pelos gestores da área administrativa / TCEES.

Os gaps existentes nas competências comportamentais apresentados pelos gestores da área administrativa (Quadro 4), serão supridos na medida em que seja possível a oferta de ações educacionais a exemplo de cursos, seminários, webinários e workshop.

C. Com base na pesquisa realizada junto aos jurisdicionados quanto a nova lei de licitações e contratos (14.133/2021), por relevância (mais de 50% de incidência), os temas/assuntos de interesse desse grupo são:

1	Gestão de risco na área de contratações
2	Pregão eletrônico



3	Procedimentos licitatórios
4	Atuação da assessoria jurídica na área de contratações
5	Elaboração de estudo técnico preliminar
6	Erros grosseiros x penalidades previstas
7	Dispensa e inexigibilidade de licitações
8	Gestão de risco e controle interno
9	Reequilíbrio financeiro do contrato
10	Atuação do controle interno na área de contratações
11	Gestão de competências na área de contratações
12	Gestão e fiscalização em contratos administrativos
13	Atuação da governança na área de contratações
14	Contratação pública sustentável

Quadro 5 – Demandas sobre a LC 14.133/2021 elencadas pelos respondentes da pesquisa com mais de 50% de incidência.

B.1. Temas de interesse, com relevância entre 36% a 49% de incidências:

1	Governança na área de contratações
2	Compras Gov – acesso ao sistema
3	Contratos administrativos
4	Avaliação de propostas
5	Elaboração de termo de referência
6	Contratação de obras de engenharia
7	Registro de preços
8	Gestão de fornecedores
9	Negociação de preços
10	Elaboração de contratos
11	Pesquisa de preços
12	Modalidades de licitação
13	Análise de mercado

Quadro 6 – Demandas sobre a LC 14.133/2021 elencadas pelos respondentes da pesquisa com 39% a 49% de incidência.



O programa ENFOC 2023, previsto para iniciar em março abará parte dos temas elencados pelos respondentes, contribuindo para os conhecimentos técnicos necessários para desempenhar adequadamente as funções exigidas na NLLC 14.133/2021. Os temas que não forem contemplados no Enfoc de 2023 serão mérito de outras iniciativas educacionais, seja por meio de webinários ou cursos assíncronos disponibilizados no Portal da Escola de Contas.

D. Participação em eventos externos

A necessidade de aumentar a velocidade no processo de aprimoramento técnico dos servidores do TCEES, existe a possibilidade de participação em ações educacionais externas, denominadas eventos externos, quando é identificada uma oportunidade em seminários, congressos, workshop e outras modalidades. A Escola de Contas providencia a apresentação dos custos para essa participação, bem como elabora o EVT, e solicita autorização da unidade competente para dar prosseguimento aos procedimentos administrativos, com vistas a efetivar a participação do servidor no evento de interesse.



5. Programa de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas

O planejamento de 2023 para o programa de desenvolvimento de estudos e pesquisas prevê:

5.1 Projetos Permanentes

- A. Edital de bolsas de estudo para servidores que desejam adensar os seus conhecimentos técnicos e científicos em cursos strictu sensu. O edital ocorrerá conforme normativo vigente e que trate dos seus critérios.

- B. O Convênio a ser firmado com a UFES, como desdobramento do Termo de Cooperação nº 15/2021, em especial com a Coordenação de Pós-graduação Strictu Sensu em Economia, viabilizará o desenvolvimento da pesquisa Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas Sociais para o fortalecimento da atividade de controle externo das políticas públicas nas atividades do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), visando economia de recursos e entregas efetivas para a sociedade capixaba. Essa pesquisa é de interesse da SECEX Social, que juntamente com a ECP têm envidado esforços para alavancarem o patamar da qualidade das entregas relativas a avaliação e monitoramento das políticas públicas sociais. A pesquisa deve ser desenvolvida ao longo de três anos, e as entregas intermediárias estão estruturadas em plano de trabalho firmado entre as equipes de pesquisadores e o TCEES.

- C. Trilhas de Aprendizagem
No PAAE de 2022 a Escola de Contas inovou sua prestação de serviços com a oferta de ações educacionais organizadas em um 'cardápio' disponível em trilhas de aprendizagem. As trilhas são uma estratégia no processo educacional de adultos, e são configuradas como uma nova metodologia de capacitação. Conforme exposto no PPI 2022-2027 "é um novo caminho que será trilhado pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas, possibilitando a



interação entre a teoria e a prática, o conhecimento e a ação, o contexto atual e a inovação”.

No ano de 2023 a ECP deverá estruturar 4 novas trilhas de aprendizagem:

- a. Políticas Públicas
- b. Licitações e Contratações Públicas
- c. Conceitos Didáticos para Instrutores
- d. Controle Interno

D. Curso de Aperfeiçoamento

A modalidade curso de aperfeiçoamento é caracterizado pelo MEC (órgão regulador federal) como curso com foco profissional e deve conter carga horária mínima de 180 horas. Esse processo de busca do aperfeiçoamento tem o propósito de os profissionais se tornarem melhores do que eles já são, melhorando suas habilidades e ou adquirindo novas.

A necessidade de acolher e alinhar os novos servidores advindos do concurso público para auditores de controle externo em fevereiro de 2023, a ECP deverá estruturar em parceria com a SEGEX curso de aperfeiçoamento com disciplinas relevantes, e que contribuam para o exercício da atividade profissional de controle externo.

E. Desdobramento da pesquisa *Officeless*

A partir dos dados levantados na pesquisa realizada junto aos gestores que fizeram o curso (dezembro de 2022), a Escola deverá elaborar um artigo técnico para apresentar os resultados obtidos e os seus impactos na gestão *Officeless*, comparando com pesquisa anterior realizada junto aos servidores do órgão, quando houve a exigência de afastamento devido a Covid-19.

F. Avaliação de Impacto de ações educacionais

A avaliação de impacto mede os resultados reais alcançados pelos alunos do curso na aplicação das competências adquiridas nas atividades diárias. A ECP



utiliza essa avaliação para cursos de longa duração, principalmente em cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação *stricto e lato sensu* realizados com o apoio financeiro do órgão. A avaliação é realizada aplicando um questionário padronizado ao servidor/aluno até seis meses após a conclusão de sua capacitação. Em seguida, é aplicado o ROI de treinamento (retorno do investimento), que é baseado nos benefícios líquidos obtidos e os custos empreendidos para a participação do servidor na capacitação.

No ano de 2022 tivemos servidores que concluíram cursos de mestrado (*strictu sensu*) e de especialização (*lato sensu*) com o apoio financeiro do TCEES, e por meio de convênio próprio com a UFES. No primeiro trimestre de 2023 será encaminhado o questionário para identificar o quanto o processo de aprendizado contribuiu para as atividades diárias no trabalho do controle externo.

5.2. Projetos Especiais

O PDEP prevê para o ano de 2023 a realização de 04 projetos denominados especiais:

A. Mentoria

Em 2023 a ECP inova com a inclusão no programa de acolhimento de novos servidores a mentoria, com o objetivo de ajudar no desenvolvimento profissional dessas pessoas com o apoio de mentores como fonte de inspiração e referência.

Os mentores deverão ser aquelas pessoas que além de deterem o conhecimento técnico e a cultura do TCEES têm interesse de contribuir para a formação de novos profissionais que integrarão as diversas equipes do Órgão.



B. Conselheiros do Futuro

Esse projeto é desdobramento do projeto de extensão Visita Monitorada realizada pela ECP em parceria com a SGS, com o objetivo de apresentar o TCEES aos estudantes de nível médio e superior. Também é uma oportunidade para compreender melhor o trabalho desenvolvido pelos profissionais dessa Casa, e para constatar a importância do controle externo para a Administração Pública.

O projeto Conselheiros do Futuro tem o propósito de aproximar ainda mais o público universitário, destacando o controle externo e a importância da fiscalização da aplicação dos recursos públicos, a partir de casos concretos. A ECP e a SGS irão identificar uma instituição de ensino superior localizada na cidade de Vitória, e interessada em participar de uma simulação *in loco*, ou seja, no plenário do TCEES, quando os estudantes deverão assumir os papéis de cada ator ativo em sessão de aprovação ou não de um processo de auditoria previamente escolhido. Nessa 'reunião plenária' simulada cada aluno terá que desempenhar um papel: conselheiro, ministério público, advogado, partes do processo, dentre outros personagens. Também haverá a construção de um manual e de um regimento quando todas as regras para o melhor desempenho dos conselheiros do amanhã estarão ali registradas.

C. Inovação e Desenvolvimento

O PPI da Escola de Contas apresenta a importância da inovação para os desafios enfrentados diariamente na prestação do serviço público. Há de se pensar em dar saltos maiores, mais qualificados e que efetivamente agreguem valor a gestão pública e a sociedade em geral. A utilização de metodologias inovadoras, inspiradas no design, nas ciências sociais e na economia comportamental poderão agregar novos valores e resultados ao negócio controle externo.

A intenção da ECP é convidar uma unidade do TCEES que tenha um problema



complexo a ser resolvido, e tenha interesse em buscar o melhor resultado utilizando para isso ferramentas eficientes de mudança no modo de pensar, e engajar pessoas em equipes na criação de soluções para o desafio apresentado. Esse processo envolverá a imersão no problema, a ideação, a prototipagem e testes de soluções.

D. ECP Recomenda

A Escola de Contas promove ou participa de diversas ações, sejam educacionais, de gestão, de liderança, de formação inovadora e diferenciada. Essas participações podem e devem ser compartilhadas internamente, de forma a construir uma rede de servidores interessados na busca de seu auto-conhecimento. Nessa direção, a ECP apresenta esse projeto com o objetivo de divulgar quinzenalmente até três assuntos ou temas relevantes orientados para o desenvolvimento de competências e liderança. Essa divulgação será realizada pelo email do TCEES e com a chancela da Escola, com a chamada: “ECP Recomenda”.



6. Indicadores e Metas

No PAAE de 2022 foi incluído um novo item para medir o atendimento das demandas de capacitação do corpo funcional do TCEES e do público externo, que é a avaliação das ações educacionais com base em indicadores de qualidade, mais adequado ao aprendizado corporativo, de tal forma que o aprendizado não necessariamente tenha o foco de curto prazo na performance do trabalho *per si*, mas a aplicação futura do que foi aprendido e consolidado.

Em 2023 daremos continuidade a essas métricas a fim de que ao longo do tempo seja possível ter uma série histórica que meça os avanços da Escola de Contas em seu mister educacional. A seguir apresentamos nos Quadros 7 e 8 dois grupos de métricas:

A. Indicadores específicos para avaliar os programas

Nome do Indicador	Descrição	Meta	Resultado 2023
Satisfação do participante	% da satisfação do participante nas ações de aprendizagem	Média de 80% dos participantes da ação educacional	
Avaliação de impacto (aprendizagem e aplicação)	Esta avaliação objetiva identificar se o conhecimento apreendido foi aplicável de forma positiva no trabalho	Média de 75% do conhecimento transmitido na ação educacional aplicado no trabalho	
Avaliação de impacto (resultados)	Esta avaliação objetiva identificar os impactos e possíveis benefícios	Relação entre o custo e os benefícios (RBC) acima de 1 (um)	

Quadro 7 – Indicadores específicos para avaliar os programas



B. Indicadores de avaliação do desempenho da unidade (anual)

Nome do Indicador	Descrição	Fórmula	Meta anual	Resultados 2023
Percentual de lacunas de competências atendidas pelas ações educacionais promovidas pela Escola	Verificar se as soluções educacionais estão alinhadas para solucionar as lacunas de competências identificadas	$(\text{quantidade de competências atendidas} / \text{quantidade de lacunas de competências previstas}) \times 100$	Atender 80% das lacunas identificadas	
Percentual de cumprimento dos projetos especiais	Verificar se o grau de execução dos projetos especiais demandados foi executado	$(\text{projetos especiais entregues} / \text{projetos especiais previstos}) \times 100$	80% do planejado	
Índice de cobertura de EAD no ES	Verificar a participação dos integrantes dos municípios nos eventos a distância promovidos	$(\text{quantidade de municípios com representantes participando dos eventos a distância} / 78 \text{ municípios}) \times 100$	Participação de, no mínimo, 90% dos municípios capixabas	
Tempestividade na instrução processual nas solicitações de participação aos eventos externos	Instruir processo mantendo o prazo máximo médio de 5 dias úteis	Indicador informado no painel gerencial administrativo do eTCEES	Média de 5 dias úteis	
Índice de satisfação nos eventos promovidos	Medir o grau de qualidade dos eventos promovidos	$\Sigma \text{ notas das avaliações dos eventos} / \text{Qt de eventos}$	Atingir nota média 8,0 (em uma escala de até 10 pontos)	
Percentual de trilhas de	Verificar o grau de trilhas ofertadas em	$(\text{Qt de trilhas ofertadas} / \text{Qt de trilhas})$	80% das trilhas planejadas	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas

aprendizagem disponibilizadas	relação as trilhas planejadas	planejadas) x 100		
Percentual de execução do programa de estudos e pesquisas	Verificar o grau de atendimento do que foi planejado	(Qt de ações do programa realizadas / Qt de ações do programa planejadas) x 100	50% do planejado	

Quadro 8 – Indicadores de avaliação do desempenho da unidade.